



ESTUDO TÉCNICO SOBRE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO DA MUDANÇA DOS ESCREVENTES TÉCNICOS JUDICIÁRIOS PARA REFERÊNCIA DE NÍVEL SUPERIOR

Associação de Base dos
Trabalhadores do Judiciário do Estado
de São Paulo (ASSOJUBS)

Janeiro de 2026 (base: out/2025)



ESTUDO TÉCNICO SOBRE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO DA MUDANÇA DOS ESCREVENTES TÉCNICOS JUDICIÁRIOS PARA REFERÊNCIA DE NÍVEL SUPERIOR

Versão: janeiro de 2026

Base de dados Escreventes: outubro/2025

Este estudo do DIEESE foi elaborado a partir de demanda da entidade sindical Associação de Base dos Trabalhadores do Judiciário do Estado de São Paulo (ASSOJUBS), com o objetivo geral de estimar os possíveis impactos da elevação de referência do cargo de Escrevente Técnico Judiciário (ETJ) na Estrutura Remuneratória de Cargos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP), da referência "5" (nível médio) para a referência "7" (nível superior).

O estudo está dividido em quatro partes: 1) comparação das faixas salariais - elevação de referência dos ETJs, de acordo com classe/grau; 2) cálculo de estimativa de impacto mensal e anual de implementação imediata para os ETJs; 3) comparação do impacto anual imediato com os indicadores orçamentários do TJ-SP; 4) proposta de implementação gradual/alternativa e impacto desagregado.

1) Comparação das faixas salariais – elevação de referência dos Escreventes Técnicos Judiciários – de 5 (nível médio) para 7 (nível superior)

O primeiro exercício foi o de realizar a comparação dos vencimentos básicos dos cargos, identificando a diferença monetária mensal a ser recebida por cada trabalhador(a) com a mudança, relacionando com cada classe/grau correspondente.

Os vencimentos tiveram como base a tabela vigente a partir de 01/07/2025, divulgada pelo TJ-SP¹. Para a elevação na Referência 7 (nível superior), foram selecionados os

¹ Fonte: https://www.tjsp.jus.br/Download/Portal/CanaisComunicacao/Transparencia/ResCNJ102_Default/Anexo03a/rescnj215anexo03a202507.pdf?d=1763039158976

vencimentos do cargo de Oficial de Justiça, sendo descontados do cálculo os valores recebidos como gratificação do Regime Especial de Trabalho Externo Judiciário (RETEJ), com base na Lei Complementar nº 1.111/2010.

O valor da diferença nos vencimentos básicos pode ir de R\$ 810,11, no caso da mudança da faixa 5A-CE do “Escrevente Técnico Judiciário Gabinete” para 7A-CE; até R\$ 2.978,79, no caso da passagem da faixa 5R-CE do “Escrevente Técnico Judiciário” para 7R-CE (Tabela 1).

**Tabela 1 – Comparação dos vencimentos básicos entre faixas salariais dos cargos:
Escrevente Técnico Judiciário e Oficial de Justiça**

Cargo	Faixa 5 - Atual Nível MÉDIO		Faixa 7 - Proposta Nível SUPERIOR (Oficial de Justiça)		Diferença no vencimento básico (R\$), excetuando o valor do RETEJ (*)
	Faixa Carreira	Vencimento Básico	Faixa Carreira	Vencimento Básico	
Escrevente Técnico Judiciário	5A-CE	R\$ 6.505,41	7A-CE	R\$ 9.856,95	R\$ 2.495,22
	5B-CE	R\$ 6.534,94	7B-CE	R\$ 9.908,69	R\$ 2.517,43
	5C-CE	R\$ 6.564,90	7C-CE	R\$ 9.961,22	R\$ 2.540,00
	5D-CE	R\$ 6.595,32	7D-CE	R\$ 10.014,53	R\$ 2.562,89
	5E-CE	R\$ 6.626,20	7E-CE	R\$ 10.068,65	R\$ 2.586,13
	5F-CE	R\$ 6.657,53	7F-CE	R\$ 10.123,58	R\$ 2.609,73
	5G-CE	R\$ 6.721,15	7G-CE	R\$ 10.235,08	R\$ 2.657,61
	5H-CE	R\$ 6.753,91	7H-CE	R\$ 10.292,49	R\$ 2.682,26
	5I-CE	R\$ 6.787,16	7I-CE	R\$ 10.350,77	R\$ 2.707,29
	5J-CE	R\$ 6.820,91	7J-CE	R\$ 10.409,94	R\$ 2.732,71
	5K-CE	R\$ 6.855,17	7K-CE	R\$ 10.469,99	R\$ 2.758,50
	5L-CE	R\$ 6.889,94	7L-CE	R\$ 10.530,93	R\$ 2.784,67
	5M-CE	R\$ 6.960,53	7M-CE	R\$ 10.654,65	R\$ 2.837,80
	5N-CE	R\$ 6.996,88	7N-CE	R\$ 10.718,37	R\$ 2.865,17
	5O-CE	R\$ 7.033,78	7O-CE	R\$ 10.783,04	R\$ 2.892,94
	5P-CE	R\$ 7.071,23	7P-CE	R\$ 10.848,67	R\$ 2.921,12
	5Q-CE	R\$ 7.109,24	7Q-CE	R\$ 10.915,31	R\$ 2.949,75
	5R-CE	R\$ 7.147,82	7R-CE	R\$ 10.982,93	R\$ 2.978,79
Escrevente Técnico Judiciário Gabinete	5A-CE	R\$ 8.190,52	7A-CE	R\$ 9.856,95	R\$ 810,11
	5B-CE	R\$ 8.220,05	7B-CE	R\$ 9.908,69	R\$ 832,32
	5C-CE	R\$ 8.250,01	7C-CE	R\$ 9.961,22	R\$ 854,89
	5D-CE	R\$ 8.280,43	7D-CE	R\$ 10.014,53	R\$ 877,78
	5E-CE	R\$ 8.311,31	7E-CE	R\$ 10.068,65	R\$ 901,02
	5F-CE	R\$ 8.342,64	7F-CE	R\$ 10.123,58	R\$ 924,62
	5G-CE	R\$ 8.406,26	7G-CE	R\$ 10.235,08	R\$ 972,50

5H-CE	R\$ 8.439,02	7H-CE	R\$ 10.292,49	R\$ 997,15
5I-CE	R\$ 8.472,27	7I-CE	R\$ 10.350,77	R\$ 1.022,18
5J-CE	R\$ 8.506,02	7J-CE	R\$ 10.409,94	R\$ 1.047,60
5K-CE	R\$ 8.540,28	7K-CE	R\$ 10.469,99	R\$ 1.073,39
5L-CE	R\$ 8.575,05	7L-CE	R\$ 10.530,93	R\$ 1.099,56
5M-CE	R\$ 8.645,64	7M-CE	R\$ 10.654,65	R\$ 1.152,69
5N-CE	R\$ 8.681,99	7N-CE	R\$ 10.718,37	R\$ 1.180,06
5O-CE	R\$ 8.718,89	7O-CE	R\$ 10.783,04	R\$ 1.207,83
5P-CE	R\$ 8.756,34	7P-CE	R\$ 10.848,67	R\$ 1.236,01
5Q-CE	R\$ 8.794,35	7Q-CE	R\$ 10.915,31	R\$ 1.264,64
5R-CE	R\$ 8.832,93	7R-CE	R\$ 10.982,93	R\$ 1.293,68

Nota: (*) Valor do RETEJ: R\$ 856,32. Foi considerado o mesmo valor para todas as faixas salariais.

2) Estimativa do impacto orçamentário da elevação da Referência 5 do “Escrevente Técnico Judiciário” para a Referência 7 do “Oficial de Justiça”.

O segundo exercício teve o objetivo de realizar uma estimativa do impacto orçamentário imediato de tal elevação. A partir da disponibilização de informações sobre o número de servidores Escreventes Técnicos Judiciários em cada faixa salarial, foi possível realizar uma estimativa de impacto a partir da diferença salarial a ser recebida. O cálculo considerou o reenquadramento na mesma classe/grau (ex.: 5-A para 7-A, 5-C para 7-C, 5-G para 7-G, etc).

Segundo os dados disponibilizados, constavam na folha de pagamentos do TJ-SP, em outubro de 2025, **35.215 Escreventes Técnicos Judiciários, sendo 19.526 ativos (17.233 em cargos efetivos e 2.293 “gabinete”), e 15.689 inativos (15.287 efetivos e 402 “gabinete”).** Deve-se destacar que os dados disponibilizados sobre a quantidade de servidores por faixa discriminaram os Escreventes apenas por “cargo efetivo” e “gabinete”. Nesse caso, foi considerada a classificação “gabinete” para servidores comissionados.

Além disso, considerou-se que a mudança afeta todos os Escreventes, independente do nível de escolaridade que possuem, embora boa parte já tenha ingressado/concluído o nível superior².

² Segundo dados do TJ-SP de outubro/2025, do total de Escreventes ativos e inativos, apenas 34,1% não recebiam Adicional de Qualificação (AQ) referente ao nível superior (ver Anexos do estudo).



Na Tabela 2 está exibido o cálculo mensal e anual de impacto, considerando o cargo do servidor e sua situação (ativos, ativos gabinete/comissionados e inativos). Em resumo, a estimativa de impacto mensal adicional com a elevação dos ETJs da Referência 5 para a Referência 7 é de: R\$ 48,9 milhões e anual³ de R\$ 653,2 milhões (servidores ativos). No caso dos servidores inativos, o impacto mensal estimado foi de R\$ 40,5 milhões, e anual de R\$ 540,1 milhões. **Por fim, a estimativa total considerando todos os servidores (35.215 ETJs – ativos e inativos) é de R\$ 89,5 milhões mensais e R\$ 1,19 bilhão no total anual.**

Vale destacar, ainda, que os valores estimados podem ser passíveis de redução, pelas diversas situações em que não há informações disponíveis para incorporação no cálculo:

- 1) A implementação considera todos os servidores ETJs, contudo é possível que tal aumento ocorra somente aos que possuem nível superior completo comprovado, sendo a implementação dos demais feita gradualmente à medida que forem concluindo a graduação.
- 2) São pagos anualmente aos ETJs que têm direito os valores referentes ao Adicional de Qualificação (AQ). No cenário de uma eventual supressão desses valores, o impacto aqui estimado poderá ser reduzido.
- 3) A implementação se deu integralmente para os servidores aposentados (inativos), contudo, deverá ser atentado sobre quais possuem regime de paridade que efetivamente permite tal alteração.

3 Refere-se soma da diferença nos vencimentos básicos em doze meses, acrescidos de férias e 13º salário.

Tabela 2 – Estimativa de impacto orçamentário adicional mensal e anual com a elevação da referência do Escrevente Técnico Judiciário (Ref. 5) para a de Oficial de Justiça (Ref. 7).

Cargo	Faixa 7 - Proposta elevação Nível SUPERIOR			Impacto mensal - ativos (R\$)	Impacto anual - ativos (R\$)	Impacto mensal inativos (R\$)	Impacto anual - inativos (R\$)
	Faixas	Qtde. Servidores ativos	Qtde. Servidores inativos				
Escrevente Técnico Judiciário	7A-CE	2.113	750	R\$ 5.272.400	R\$ 70.298.489	R\$ 1.871.415	R\$ 24.952.138
	7B-CE	1.634	2.227	R\$ 4.113.481	R\$ 54.846.271	R\$ 5.606.317	R\$ 74.750.701
	7C-CE	1.198	2.141	R\$ 3.042.920	R\$ 40.572.165	R\$ 5.438.140	R\$ 72.508.352
	7D-CE	297	1.645	R\$ 761.178	R\$ 10.149.019	R\$ 4.215.954	R\$ 56.212.580
	7E-CE	201	1.247	R\$ 519.812	R\$ 6.930.811	R\$ 3.224.904	R\$ 42.998.614
	7F-CE	433	1.090	R\$ 1.130.013	R\$ 15.066.804	R\$ 2.844.606	R\$ 37.927.981
	7G-CE	660	1.105	R\$ 1.754.023	R\$ 23.386.910	R\$ 2.936.659	R\$ 39.155.356
	7H-CE	953	1.145	R\$ 2.556.194	R\$ 34.082.499	R\$ 3.071.188	R\$ 40.949.067
	7I-CE	1.110	1.174	R\$ 3.005.092	R\$ 40.067.792	R\$ 3.178.358	R\$ 42.378.007
	7J-CE	1.134	787	R\$ 3.098.893	R\$ 41.318.472	R\$ 2.150.643	R\$ 28.675.165
	7K-CE	834	507	R\$ 2.300.589	R\$ 30.674.443	R\$ 1.398.560	R\$ 18.647.413
	7L-CE	1.129	423	R\$ 3.143.892	R\$ 41.918.461	R\$ 1.177.915	R\$ 15.705.500
	7M-CE	1.032	380	R\$ 2.928.610	R\$ 39.048.030	R\$ 1.078.364	R\$ 14.378.151
	7N-CE	1.446	339	R\$ 4.143.036	R\$ 55.240.339	R\$ 971.293	R\$ 12.950.536
	7O-CE	1.817	216	R\$ 5.256.472	R\$ 70.086.118	R\$ 624.875	R\$ 8.331.646
	7P-CE	1.029	75	R\$ 3.005.832	R\$ 40.077.666	R\$ 219.084	R\$ 2.921.113
	7Q-CE	195	10	R\$ 575.201	R\$ 7.669.331	R\$ 29.498	R\$ 393.299
	7R-CE	18	26	R\$ 53.618	R\$ 714.908	R\$ 77.449	R\$ 1.032.645
Subtotal		17.233	15.287	R\$ 46.661.256	R\$ 622.148.528	R\$ 40.115.220	R\$ 534.868.264
Escrevente Técnico Judiciário Gabinete (Comissão)	7A-CE	318	4	R\$ 257.615	R\$ 3.434.858	R\$ 3.240	R\$ 43.206
	7B-CE	262	28	R\$ 218.068	R\$ 2.907.564	R\$ 23.305	R\$ 310.732
	7C-CE	160	18	R\$ 136.782	R\$ 1.823.761	R\$ 15.388	R\$ 205.173
	7D-CE	19	47	R\$ 16.678	R\$ 222.370	R\$ 41.256	R\$ 550.074
	7E-CE	11	34	R\$ 9.911	R\$ 132.149	R\$ 30.635	R\$ 408.461
	7F-CE	42	33	R\$ 38.834	R\$ 517.786	R\$ 30.512	R\$ 406.832
	7G-CE	82	33	R\$ 79.745	R\$ 1.063.264	R\$ 32.093	R\$ 427.899
	7H-CE	99	49	R\$ 98.718	R\$ 1.316.235	R\$ 48.860	R\$ 651.470
	7I-CE	144	35	R\$ 147.194	R\$ 1.962.581	R\$ 35.776	R\$ 477.016
	7J-CE	198	40	R\$ 207.425	R\$ 2.765.657	R\$ 41.904	R\$ 558.719
	7K-CE	97	19	R\$ 104.119	R\$ 1.388.248	R\$ 20.394	R\$ 271.925
	7L-CE	149	24	R\$ 163.834	R\$ 2.184.454	R\$ 26.389	R\$ 351.858
	7M-CE	145	13	R\$ 167.140	R\$ 2.228.528	R\$ 14.985	R\$ 199.799
	7N-CE	217	12	R\$ 256.073	R\$ 3.414.298	R\$ 14.161	R\$ 188.809
	7O-CE	203	8	R\$ 245.189	R\$ 3.269.185	R\$ 9.663	R\$ 128.835
	7P-CE	118	5	R\$ 145.849	R\$ 1.944.651	R\$ 6.180	R\$ 82.400



	7Q-CE	28	0	R\$ 35.410	R\$ 472.131	R\$ 0	R\$ 0
	7R-CE	1	0	R\$ 1.294	R\$ 17.249	R\$ 0	R\$ 0
Subtotal		2.293	402	R\$ 2.329.878	R\$ 31.064.969	R\$ 394.742	R\$ 5.263.208
TOTAL		19.526	15.689	R\$ 48.991.135	R\$ 653.213.496	R\$ 40.509.962	R\$ 540.131.472
IMPACTO ADICIONAL (ATIVOS + INATIVOS)		35.215		R\$ 89.501.096 (mensal) R\$ 1.193.344.968 (anual)			

Nota: os valores anuais consideram pagamento de férias e décimo terceiro salário.

3) Comparação do impacto anual imediato com os indicadores orçamentários do TJ-SP

Para efeito de comparação, em um cenário hipotético de implementação imediata dessa mudança, os valores exibidos na Tabela 2 referentes ao impacto adicional anual representaram cerca de 6,16% do orçamento total previsto para ser direcionado ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, com base no constante no Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) 2026 do Governo do Estado de São Paulo, que é de R\$ 19,3 bilhões.

Tabela 3 – Estimativa de impacto adicional anual em relação ao orçamento previsto pelo governo estadual para o TJ-SP – PLOA 2026

Servidores	Impacto adicional anual estimado - NS Escreventes	Impacto anual - em % do orçamento TJ-SP no PLOA 2026 (R\$ 19.366.083.588)
Escreventes - Ativos	R\$ 622.148.528	3,21%
Escreventes - Ativos – Gabinete/Comissão	R\$ 31.064.969	0,16%
Escreventes - Inativos	R\$ 534.868.264	2,76%
Escreventes – Inativos – Gabinete/Comissão	R\$ 5.263.208	0,03%
Total	R\$ 1.193.344.968	6,16%

Fonte do orçamento: Projeto de Lei n. 1.036/2025 - Orça a Receita e Fixa a Despesa do Estado de São Paulo para o exercício de 2026.



Em relação aos principais indicadores observados para apuração da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), conforme dados constantes no Relatório de Gestão Fiscal (RGF) enviado ao Tesouro Nacional, o impacto total da elevação de referências representaria atualmente 9,09% da Despesa Total com Pessoal do TJ-SP. Além disso, representaria 0,46% da Receita Corrente Líquida do estado de São Paulo, base sobre a qual é apurado índice de cumprimento da LRF.

Por fim, o índice LRF do 2º quadrimestre de 2025, que está atualmente em 5,06%, seria elevado em 0,46 p.p. para 5,52%, embora possa sofrer impactos menores e/ou diferenciados a depender da quantidade de servidores contemplados e da implementação gradual, conforme mencionado anteriormente (Tabela 4).

Tabela 4 – Estimativa de impacto adicional anual nos indicadores da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP) – 2º quadrimestre/2025

Servidores	Impacto adicional anual estimado - NS Escreventes	Impacto anual NS Escreventes - em % da DTP - 2Q/2025	Impacto anual NS Escreventes - em % da RCL - 2Q/2025	Impacto - novo índice LRF
Escreventes - Ativos	R\$ 622.148.528	4,74%	0,24%	5,30%
Escreventes - Ativos – Gabinete/Comissão	R\$ 31.064.969	0,24%	0,01%	5,07%
Escreventes - Inativos	R\$ 534.868.264	4,07%	0,21%	5,27%
Escreventes – Inativos – Gabinete/Comissão	R\$ 5.263.208	0,04%	0,00%	5,06%
Total	R\$ 1.193.344.968	9,09%	0,46%	5,52%

Nota: 1 – Despesa Total com Pessoal (DTP) – TJ-SP: R\$ 13.129.931.990,92. Receita Corrente Líquida (RCL) – Estado SP: R\$ 259.389.753.280,58. Fonte: Relatório de Gestão Fiscal (RGF) – 2º quadrimestre de 2025.

4) Proposta de implementação gradual da elevação do cargo de Escrevente Técnico Judiciário do nível médio para o nível superior

Para se ter uma referência dos limites fiscais/orçamentários, segundo a apuração do 2º quadrimestre de 2025 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) referente ao TJ-SP, o índice de comprometimento com Despesas de Pessoal ficou em 5,06%, portanto ainda distante R\$ 760,4 milhões do limite de alerta e R\$ 1,53 bilhão distante do limite prudencial (Tabela 5).

Deve-se ressaltar, também, que muitas despesas com servidores e magistrados para além dos vencimentos, como diversos auxílios e outros benefícios, não são contabilizados para fins da LRF.

Tabela 5 – Quadro resumo dos indicadores da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e margem de aumento – TJ-SP – 2º quadrimestre de 2025

Item	2º Q / 2025 Valor (em R\$)
Receita Corrente Líquida Ajustada	259.389.753.281
Despesa com Pessoal	13.129.931.991
% Comprometido	5,06%
Limite de Alerta (5,36%)	13.890.321.288
Limite Prudencial (5,65%)	14.662.005.804
Limite Máximo (5,95%)	15.433.690.320
Aumento Nominal Possível - Alerta	760.389.297
Aumento Nominal Possível - Prudencial	1.532.073.813
Aumento Nominal Possível - Máximo	2.303.758.329
Aumento % Possível da Despesa - Alerta	5,8%
Aumento % Possível da Despesa - Prudencial	11,7%
Aumento % Possível da Despesa - Máximo	17,5%

Fonte – orçamento e limites: Relatório de Gestão Fiscal (RGF) – 2º quadrimestre de 2025. Siconfi.
Elaboração das estimativas: DIEESE.

Uma **proposta de implementação alternativa/gradual** da elevação de Referência do

cargo de Escrevente Técnico Judiciário (ETJ) pode ser realizada com a implementação, durante o ano de 2026, da incorporação da diferença dos vencimentos da primeira faixa/grau (5-A para 7-A), correspondente a R\$ 810,11⁴, para todos os servidores (ativos e inativos) e em todos os graus.

Por exemplo, o Escrevente Técnico Judiciário 7-A passaria a receber, como vencimento básico, R\$ 10.667,06 (R\$ 9.856,95 do vencimento na tabela atual + R\$ 810,11); e o 7-R, passaria a receber R\$ 11.793,04 (R\$ 10.982,93 do vencimento na tabela atual + R\$ 810,11).

O impacto orçamentário anual estimado dessa medida, considerando atualização dos valores de arrecadação e despesa projetada para os anos seguintes, seria de aproximadamente R\$ 380,37 milhões, correspondendo a 2,75% da Despesa Total com Pessoal na LRF, e com impacto observado de 0,04 pontos percentuais no índice apurado (que passaria dos atuais 5,06% para 5,10%).

Tabela 6 – Proposta de elevação alternativa/gradual da referência dos Escreventes para o nível superior - 2026

Proposta elevação da referência ETJs para NS (alternativa/gradual)	Impacto anual adicional R\$	em % da DTP (atualizada)	em % da RCL (atualizada)	Índice LRF c/ impacto adicional
Incorporação da diferença do primeiro grau nos vencimentos - 5-A para 7-A (R\$ 810,11)	R\$ 380.372.698	2,75%	0,14%	5,10% (+0,04 p.p.)

Notas:

1 – A atualização dos valores da DTP foi feita com a expectativa da variação de inflação para o índice IPCA-IBGE no período de 2025/2026. Fonte: Banco Central

2 – A atualização dos valores da RCL foi feita com base na variação média dos últimos dois anos (2024/2025). Fonte: Siconfi – Tesouro Nacional.

3 – O índice LRF base de comparação é o do 2º quadrimestre de 2025 (5,06%).

⁴ Diferença nos vencimentos do Escrevente Técnico Judiciário – Gabinete (5-A) para Oficial de Justiça (7-A), excluindo dos vencimentos deste último o valor recebido a título de RETEJ.

Um ponto importante destacado pela entidade sindical laboral é a comparação em relação à alteração semelhante que ocorreu efetivamente com os cargos de Oficiais de Justiça em 2015, ou seja, também um processo de elevação de referência de nível médio para o nível superior, culminando na Lei Complementar nº 1.273, de 17 de setembro de 2015.

Segundo informações disponibilizadas, a mudança impactou 5.169 servidores ativos e 2.652 servidores inativos (totalizando 7.821 Oficiais de Justiça), e gerou um impacto orçamentário de R\$ 242.230.129, considerando os valores à época, o que representou aproximadamente 3,66% da Despesa Total com Pessoal também daquele ano (3º quadrimestre de 2015).

Caso o impacto mencionado seja corrigido para os valores de dezembro/2025, o montante referente a essa mudança equivaleria atualmente a R\$ 406.668.077, o que representaria cerca de 3,10% da Despesa Total com Pessoal do TJ-SP no 2º quadrimestre de 2025.

Ou seja, a proposta alternativa aqui apresentada de elevação de referência para os Escreventes impactaria em patamar semelhante, cerca de 2,75% da DTP atual (2º quadrimestre de 2025) e contemplaria um número muito superior de servidores: 35.215 (ativos e inativos).

Tabela 7 – Impacto adicional anual da elevação de referência do cargo de Oficial de Justiça para o nível superior em 2015 e valores atualizados (2025)

Cargo	Valor anual impacto adicional - R\$ (em 2015)	DTP - 3Q/2015	Impacto em % da DTP	Valor anual impacto - R\$ (atualizado até 12/2025)	DTP - 2Q/2025	Impacto em % da DTP
Oficiais de Justiça	R\$ 242.230.129	R\$ 6.626.586.142	3,66%	R\$ 406.668.077	R\$ 13.129.931.991	3,10%

Nota: valor anual do impacto atualizado a preços do INPC-IBGE até dezembro/2025.



CONCLUSÕES

A estimativa ora apresentada indica que a elevação de referência para o cargo de Escrevente Técnico de Judiciário (ETJ), da Ref. 5 (nível médio) para a Ref. 7 (nível superior), considerando sua implementação imediata, seria de aproximadamente R\$ 1,19 bilhão anual, representando 6,16% do total orçamentário projetado para ser direcionado ao TJ-SP pelo Governo do Estado de São Paulo, segundo o PLOA 2026. Esse montante também representa atualmente cerca de 9,1% do total das despesas com pessoal, de acordo com o Relatório de Gestão Fiscal do TJ-SP no 2º quadrimestre de 2025, que são utilizados para apuração da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Deve-se ressaltar que tal montante considera a implementação imediata e completa de alterações de referência para servidores em todas as faixas/graus. Contudo, desse montante ainda podem ser observadas reduções a depender da elegibilidade ou não de mudança para determinados grupos de servidores, comprovação de escolaridade, eventual supressão de adicionais de qualificação, entre outros cenários que devem ser considerados na negociação.

Nesse sentido, uma primeira proposta de implementação gradual para o ano de 2026 também foi apresentada, objetivando a incorporação nos vencimentos dos ETJs das diferenças monetárias observadas no primeiro grau (5-A para 7-A), cenário que resultaria em um impacto anual estimado de R\$ 380,4 milhões, cerca de 2,75% da despesa com pessoal atual do Tribunal.

A entidade sindical laboral também pleiteia suplementação de verba do Governo do Estado para que seja efetuada a implementação completa da elevação de referência dos ETJs para o nível superior, com o objetivo finalístico de valorização da categoria, especialmente no incremento dos vencimentos básicos, observando seus reflexos para recomposição do poder de compra atual e no futuro.

A elevação do cargo para o nível superior guarda relação com a crescente expansão desse nível de ensino no país, especialmente após os anos 2000, com a ascensão de políticas públicas voltadas para a democratização do acesso, bem como expansão das instituições públicas e privadas de educação superior. Conforme exibido nas Tabelas dos Anexos deste



estudo, foi possível observar que:

- De acordo com dados de outubro/2025, apenas 34,1% dos Escreventes no TJ-SP não recebiam Adicional de Qualificação (AQ). Ou seja, cerca de 31% concluíram a Graduação, outros 33,5% a Pós-Graduação, e outros 1,2% Mestrado ou Doutorado, totalizando 66% do total (Tabela 8);
- Ocorreu aumento das taxas de escolarização no nível superior da população brasileira nos últimos anos, marcando uma expansão de 19% do total de matriculados de 2019 a 2024 (Tabela 9), chegando a 10,2 milhões de matrículas em 2024, segundo dados do Censo da Educação Superior (INEP);
- As evidências dos conhecidos retornos econômicos derivados do aumento da escolaridade no mercado de trabalho formal: considerando a natureza jurídica do Poder Judiciário, em 2024, a remuneração média nominal de quem possuía Ensino Superior Completo foi 115% maior do que a remuneração daqueles que concluíram apenas o Ensino Médio, na esfera Federal. Já na esfera Estadual, foi 68% maior, na mesma comparação, segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS - M.T.E.), conforme exibido na Tabela 10.

ANEXOS

Tabela 8 - Impacto adicional anual da elevação de referência 5 do cargo de Escrevente Técnico Judiciário para 7 (Oficial de Justiça) - Proposta gradual 2, com implementação total em 2026 e 2027

Proposta elevação referência NS Escreventes (gradual)	Impacto anual adicional R\$	em % da DTP (atualizada)	em % da RCL estadual (atualizada)	Índice LRF c/ impacto adicional
ETAPA 1 (2026) Incorporação da diferença do primeiro grau nos vencimentos 5-A para 7-A (R\$ 810,11)	R\$ 380.372.698	2,75%	0,14%	5,10%
ETAPA 2 (2027) Incorporação das diferenças das demais faixas/graus de vencimentos	R\$ 812.972.271	5,54%	0,27%	5,17%
TOTAL - 2027 (estimado)	R\$ 1.193.344.968	8,13%	0,40%	5,30%

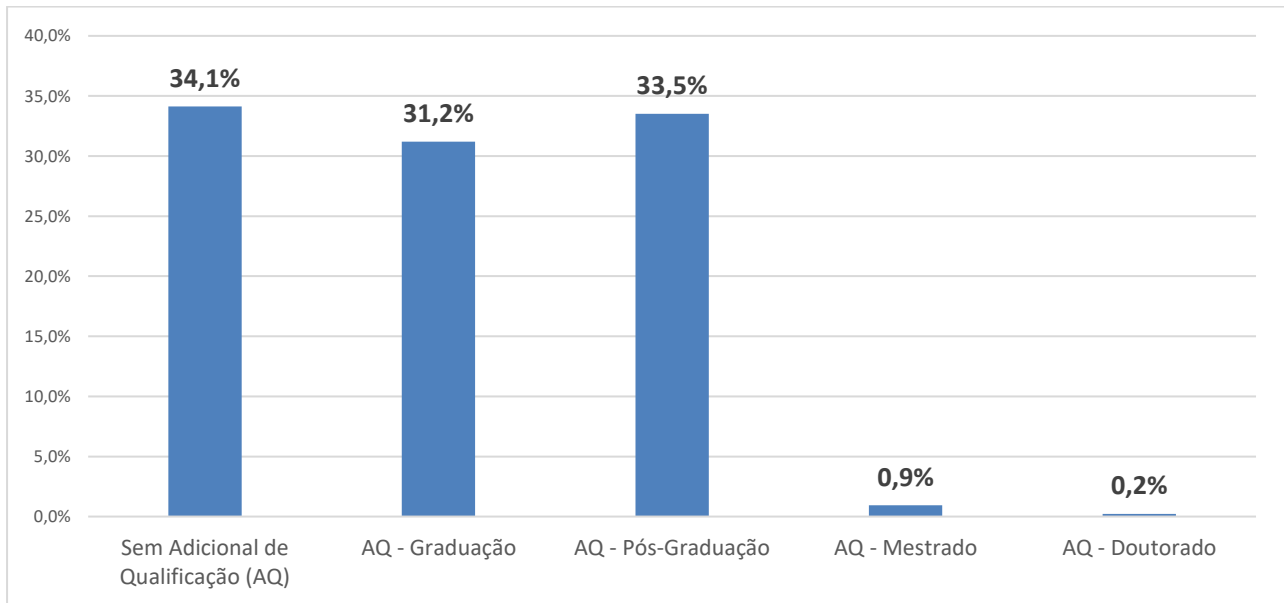
Notas:

1 – A atualização dos valores da DTP foi feita com a expectativa da variação de inflação para o índice IPCA-IBGE no período de 2025/2026. Fonte: Banco Central

2 – A atualização dos valores da RCL foi feita com base na variação média dos últimos dois anos (2024/2025). Fonte: Siconfi – Tesouro Nacional.

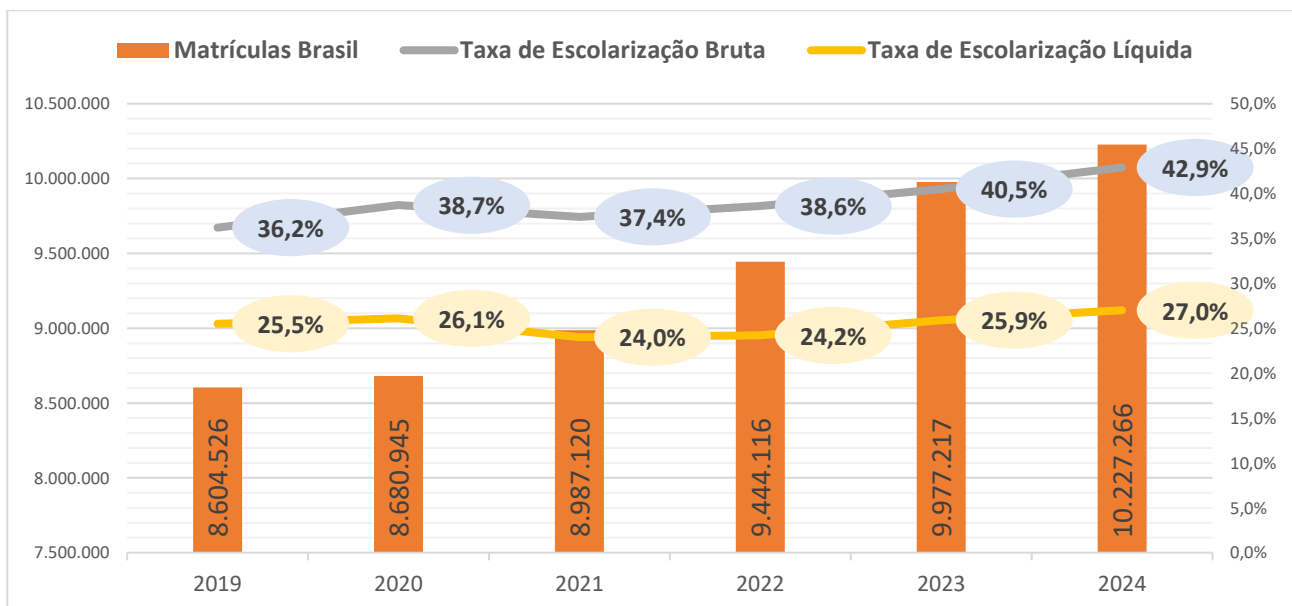
3 – O índice LRF base de comparação é o do 2º quadrimestre de 2025 (5,06%).

Tabela 9 – Distribuição de servidores do TJ-SP alocados no cargo: Escrevente Técnico Judiciário, em relação ao recebimento de Adicional de Qualificação (AQ) – outubro/2025



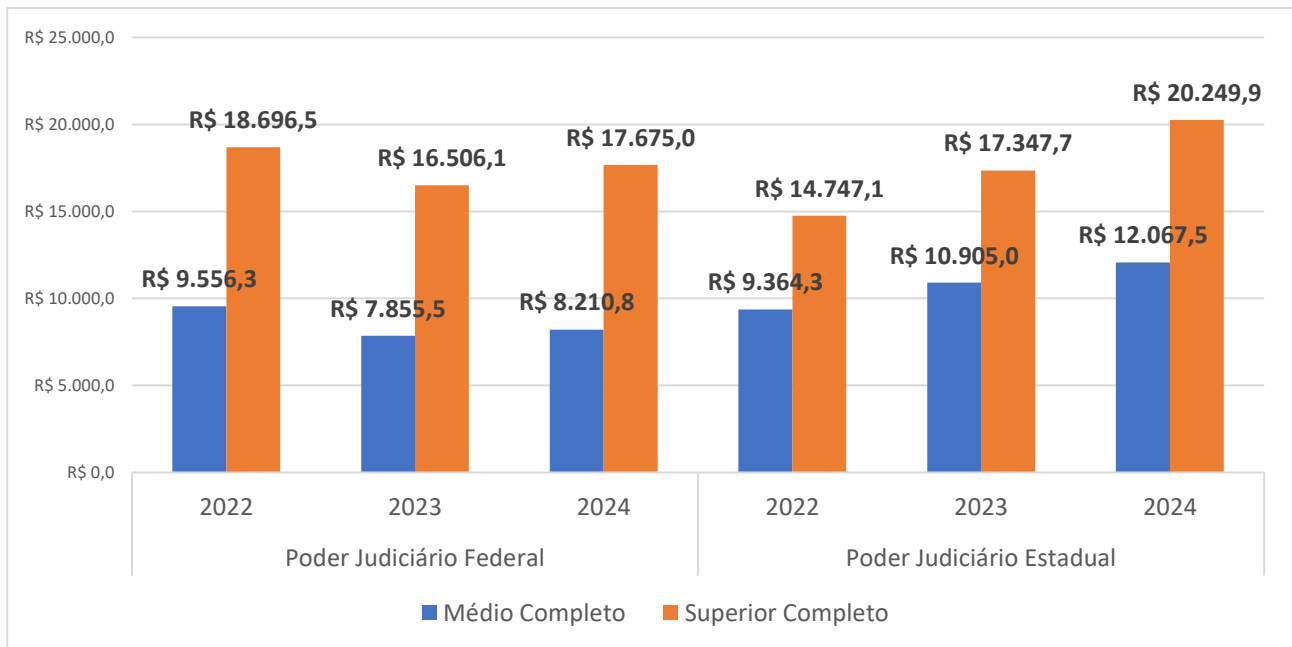
Fonte: TJ-SP (Acesso à Informação) / ASSOJUBS. Base: outubro/2025 – quantitativo: 35.215 ETJs.

Tabela 10 – Total de matriculados na educação superior (Brasil) e taxas de escolarização bruta e líquida (em %) – 2019 a 2024



Fonte: INEP – Censo da Educação Superior.

Tabela 11 – Remuneração média nominal em dezembro (em R\$) dos vínculos ativos do mercado de trabalho formal, por nível de escolaridade e natureza jurídica do empregador (Poder Judiciário) – Brasil, 2022 a 2024



Fonte: RAIS – Ministério do Trabalho e Emprego. Extração dos dados: 15/01/2026 (sistema Dardo).